



**1º CONGRESSO CIENTÍFICO
INTERNACIONAL CEJAM**

12º SIMPÓSIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL CEJAM

A ESCUTA PROTEGIDA E O DESAFIO EM NÃO REVITIMIZAR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Rute Ferreira Dimporzano; Maximiliano da Silva Costa; Milene Keiko Iramina, Natelia Rezende Ceconi, Regina Araujo Xavier dos Santos, Thalita Nicolau

Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim (CEJAM), EMAD Capão Redondo (EEV – Campo Limpo)

EMAD, Capão Redondo (EEV- Campo Limpo) - São Paulo, Brasil

Eixo Temático: Saúde da Criança e do Adolescente

Introdução

A Lei nº 13.431/2017 estabelece diretrizes para a integração dos serviços que atendem crianças e adolescentes em situação de violência e busca evitar a repetição desnecessária de relatos a diferentes profissionais. A escuta protegida pretende reduzir a revitimização e favorecer a articulação intersetorial. Este relato de experiência reflete sobre a atuação em rede no apoio às famílias acompanhadas pela equipe especializada no atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no distrito de Campo Limpo.

Objetivo

Refletir sobre a experiência e a qualificação profissional na realização da escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência, destacando a importância da capacidade técnica, da experiência e da postura dos profissionais para o acolhimento da revelação espontânea e para a prevenção da revitimização.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo e reflexivo, construído a partir da atuação da equipe especializada no atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no território do Campo Limpo, em São Paulo. A experiência foi analisada a partir das situações vivenciadas pelos profissionais durante o acompanhamento dos casos considerando os desafios encontrados na realização da escuta e a necessidade de uma postura profissional qualificada diante das situações de violência e das revelações espontâneas.

Foram consideradas ainda as estratégias utilizadas pelos profissionais para acolher a criança ou o adolescente, entre essas respeitar seu tempo e sua forma de expressão, evitar questionamentos indutivos ou excessivos e reconhecer os limites da escuta realizada no contexto do atendimento.

Resultados

A experiência dos profissionais evidenciou que a articulação entre os diferentes setores da rede favoreceu o acompanhamento das famílias e ampliou a segurança no cuidado. As reuniões e ações compartilhadas contribuíram para aproximar os profissionais envolvidos, organizar responsabilidades e reduzir a necessidade de repetição do relato da situação de violência.

O trabalho em rede mostrou-se relevante para o fortalecimento dos vínculos com a família, para a continuidade do cuidado e para a construção de respostas mais integradas às necessidades de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

A aproximação entre saúde, assistência social, educação e órgãos de garantia de direitos também favoreceu maior coerência nas intervenções e apoio às famílias durante o acompanhamento.

A experiência da equipe evidenciou que saber quando falar, como perguntar, quando interromper e, principalmente, quando apenas acolher e ouvir constitui parte fundamental da prática profissional voltada à prevenção da revitimização.

Nesse sentido, a qualificação permanente dos profissionais, a discussão compartilhada dos casos e a articulação com a rede de proteção são estratégias essenciais para fortalecer uma prática segura e humanizada. Mais do que estabelecer fluxos entre os serviços, é necessário que o profissional esteja preparado para escutar de maneira ética, acolhedora e não invasiva, reconhecendo que cada pergunta, abordagem ou intervenção pode produzir diferentes efeitos sobre a criança ou o adolescente.

Conclusão

A experiência reforça, portanto, a necessidade de investir na formação permanente dos profissionais e na construção de espaços institucionais de reflexão sobre a prática, de modo que a escuta seja realizada com responsabilidade, cuidado e compromisso com a não revitimização. Conclui-se que a escuta protegida não se limita a um procedimento ou protocolo, mas constitui uma prática que depende da formação, da experiência, da sensibilidade, do saber ouvir e da responsabilidade dos profissionais envolvidos.

**Acesse o trabalho
na íntegra!**

